

BREVE HISTÓRIA DA EVOLUÇÃO POLÍTICA DO BRASIL, DE CAIO PRADO JR.

MARISA M. DEAECTO

Mestranda em História Social
FFLCH-USP

“Os homens que estão um pouco para cá ou um pouco para lá dos seus cinquenta anos aprenderam a refletir e a se interessar pelo Brasil sobretudo em termos de passado e em função de três livros: *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, publicado quando estávamos no ginásio; *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, publicado quando estávamos no curso complementar; *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr., publicado quando estávamos na escola superior”¹.

A afirmação entusiasta de Antonio Candido em relação a essas obras que são, indiscutivelmente, referências para a compreensão da cultura brasileira, desperta várias curiosidades. Seria interessante, por exemplo, uma história das edições dos referidos livros, que revelariam os momentos de projeção das idéias desses autores sobre o público leitor². Ou, talvez, a busca de suas releituras, malgrado as críticas, resultando, daí, novas análises que se desdobraram nas gerações posteriores.

Curiosamente, o livro que será mote para o presente texto corresponde a um ensaio introdutório do pensamento de Caio Prado

¹ Antônio CANDIDO. “O significado de *Raízes do Brasil*” In: Sérgio Buarque de HOLANDA. *Raízes do Brasil*. p. xxxix.

² Se tomarmos como exemplo o trabalho de Sérgio Buarque de Holanda, veremos que no momento de sua publicação a tiragem foi insatisfatória. Ao contrário, dez anos mais tarde, quando enfim seria lançada uma segunda edição, o comportamento dos seus leitores foi diferenciado e o livro, que ainda se moldava em termos de forma e conteúdo, ganhava novo significado na produção do pensamento brasileiro. É preciso lembrar ainda que há sensíveis diferenças entre o texto apresentado na primeira edição, publicada pela José Olympio, na Coleção Documentos Brasileiros e a conhecida atualmente, em sua 20ª edição e tantas outras reimpressões.

Jr., que se insere exatamente neste momento de mudanças do que poderíamos chamar de “uma história oficial”, e de efervescência ideológica, o que se deu a partir da Revolução de 30. Não se trata de uma história de suas edições, mas da compreensão do momento em que foi pela primeira vez editado, em termos de conteúdo e de idéias que viriam a se solidificar nas décadas posteriores. Acreditamos que *Evolução Política do Brasil* representa esse embrião para uma nova geração que pensaria a história não somente em termos fatuais, mas pela afirmação de uma visão crítica e totalizante da gênese de nossa sociedade. Ser o *embrião*, talvez termo um tanto exagerado para o significado da obra no conjunto da historiografia brasileira, implica, particularmente nessa análise, em uma série de compromissos do autor em relação ao estudo da história brasileira, algo que será apresentado com mais profundidade e, certamente, maturidade, em *Formação do Brasil Contemporâneo*.

Escrita em 1933, *Evolução Política do Brasil* dá-se num momento em que o social é fator ainda pouco estudado, pouco avaliado; em que a participação das classes sociais, e o processo social, político e econômico são considerados secundários. A idéia de Caio Prado Jr. de constituir o marxismo como método de análise, coincide com a própria trajetória política do autor, cujo marco é seu ingresso no Partido Comunista em 1931.

Antes, porém, é preciso reconhecer o homem de família aristocrática, membro do Partido Democrático, que já desempenhava suas atividades políticas como delegado do partido, no interior de São Paulo, após a vitória de Getúlio Vargas. Conta-se que a mudança de postura partidária viera como consequência do desejo de conhecer o país, donde verificou uma situação de miséria e uma nação com evidentes diferenças regionais, acrescentando ao que apreendera em suas viagens a sua própria situação social: “ ‘Eu era na realidade um burguês rico, de educação e visão européia, acostumado ao conforto material. Ignorava até então a nossa realidade’ ”³.

Como militante do Partido Comunista, é preso em 1935. Em 1945, fica a favor das eleições e, dois anos mais tarde, é eleito Deputado Estadual. Tem um papel ativo na Assembleia Estadual Paulista, deixando o cargo com a cassação do PCB, entre os anos de 47 e 48. Na década de 50, funda a *Revista Brasiliense*, da qual é assíduo

³ *Apud.* Maria Cecília Naclério HOMEM. “Do palacete à enxada” In: Maria Angela D’INCAO. *História e Ideal*. p. 47.

colaborador e, após o golpe de 1964, é novamente preso por se posicionar, em seus artigos, criticamente contrário ao sistema vigente. Ao longo de sua militância, que é constante, escreve livros sobre História e Filosofia. É de 1942 sua obra-prima, *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. Uma das particularidades dessa produção é que os muitos títulos publicados foram financiados pelo próprio autor.

Percebe-se, assim, que a concretização de ensaios sobre a história política do Brasil tem um caráter muito mais amplo na história brasileira. Se ela não se limita às particularidades do tema, ou seja, ao quadro evolutivo da política de nosso país, soma-se ao fato sua própria natureza histórica: a do autor e suas descobertas no campo socialista, e a da intelectualidade e sua abertura para interpretações mais abrangentes.

Apreende-se que “a sociedade brasileira é o reflexo fiel de sua base material: a economia agrária. Assim como a grande exploração absorve a terra, o senhor rural monopoliza a riqueza e com ela os seus atributos naturais: o prestígio; o domínio”⁴. Por isso, o autor segue um esquema de compreensão — semelhante ao que fará de maneira complexa no trabalho publicado em 1942 — que visa ao reconhecimento das especificidades da forma colonial através da ocupação do solo, que se deu pela formação de capitanias hereditárias, ou seja, de grandes propriedades, de caráter patrimonial; na forma como se deu a exploração do solo, pela monocultura, ou através da mineração, em suma, através de uma política de exploração das nossas riquezas naturais, destinando-as para a Europa; a distinção nítida entre as hierarquias sociais, numa sociedade de senhores e escravos.

Caio Prado Jr. propõe construir o que denomina como ensaio da evolução política do Brasil, uma vez que “nossos historiadores, preocupados unicamente com a superfície dos acontecimentos — expedições sertanistas, entradas e bandeiras; substituições de governos e governantes; invasões ou guerras — esqueceram quase que por completo o que se passa no íntimo da nossa história, de que estes acontecimentos não são senão um reflexo exterior”⁵.

⁴ Caio PRADO JR. *Evolução Política do Brasil*. p. 22.

⁵ Caio PRADO JR. *op. cit.* p. 1.

Seria inevitável a crítica do autor à historiografia nascida com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, onde participavam pessoas que tinham como interesse comum os estudos históricos, seja no que reconheciam como uma “História Geral” e, principalmente, nos interessados em construir uma História do Brasil. Através dessa instituição de eruditos, patrocinada pelo imperador, podemos reconhecer trabalhos de autores como o alemão Spix, que realizou ensaio percorrendo sobre o método de estudo e conhecimento da história brasileira, ou, ainda, Varnhagen, autor da primeira *História Geral do Brasil*.

Nesse sentido, veremos que serão constantes os intentos de traduzir e resgatar de arquivos e bibliotecas, além do Atlântico, documentos que relatam os primeiros momentos de organização nacional. Parte de Varnhagen e, posteriormente, de seu discípulo Capistrano de Abreu⁶, os muitos achados e traduções dos nossos cronistas. É o referido autor que anota e sintetiza toda a obra de Varnhagen, publicada em dois grossos volumes. Já existe um esboço interpretativo em seus trabalhos, quando vimos, por exemplo, que ele não considera a Inconfidência Mineira como capítulo à parte da realidade que está tratando.

Citaríamos ainda as obras de Capistrano de Abreu, demonstrativas do interesse do autor pela Geografia como ciência auxiliar da História, através de suas leituras de Ratzel. Ou ainda os estudos acerca do caráter do povo brasileiro, e as concepções de raça familiarizadas com teóricos como Gobineau e Darwin, por exemplo, *Populações Meridionais do Brasil*, de Oliveira Viana, que traz no bojo a defesa de uma elite política no Brasil, fundamentado pela noção de superioridade racial. O bandeirismo, que vinha enaltecer o passado da próspera cidade de São Paulo, tem como arauto Afonso de Taunay e, a partir de sua produção, todo o ideário de um povo homogêneo, que se confundiria com a própria criação dos paulistas⁷.

Por outro lado, a perseguição contínua de documentos referentes à história colonial do Brasil, que viria embasar o primeiro — e único — volume de *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*, só seria possível graças as árduas pesquisas realizadas, até aquele

⁶ Não se nega, aqui, o rompimento de Capistrano com Varnhagen, mas existe um elo de ligação temporal e institucional que só as posturas posteriores do pensamento de Capistrano revelarão uma ruptura.

⁷ cf. Andrea SLEMIAN. “Taunay e o bandeirismo” In: *Revista Temporalis*, 6:60.

momento, em arquivos europeus e à tradução de muitos de nossos conhecidos viajantes. A análise de Caio Prado Jr. não se limitou ao período colonial por escolha do autor, fato que se comprova pela indicação no volume citado — “Colônia” —, após o qual viriam suas análises sobre o Império e, quem sabe, da Primeira República. No entanto, a abundância de documentação referente ao Período Colonial, constituía-se em um contraste frente às informações documentais que se tinha sobre o Império. Basta olharmos toda a produção historiográfica brasileira para verificarmos que existem lacunas nos estudos sobre o século XIX no Brasil. Falamos aqui de análises amplas, e não de pesquisas temáticas.

Pensando em todos esses fatores, veremos que a própria organização do ensaio revela as referidas preocupações metodológicas e analíticas do autor. Assim, a primeira parte de *Evolução Política do Brasil* é dedicada à compreensão da colonização brasileira. Conforme vimos acima, Caio Prado Jr. reconhece nesta parte a importância dos elementos materiais que definirão a sua forma de organização sócio-econômica. Do quadro que descreve o autor, conclui-se que o excessivo poder senhorial, bem como sua atomização, advinda principalmente da articulação que há entre unidade econômica e núcleo familiar — através da Casa Grande e do Engenho — justificam, “na ordem política, um poder que de fato ofusca a própria soberania teórica da coroa. Até meados do século XVII, pode-se afirmar que a autoridade desta somente se exerce efetivamente dentro dos estritos limites da sede do governo geral [...] Via-se por isso uma administração colonial desarmada, a braços com a turbulência e arrogância dos colonos. Como alcançar através de tão extenso território estes vassallos desobedientes, que isolados nos seus domínios e cercados de sua gente, não trepidavam em receber com sua força os funcionários da Coroa acaso mandados para refrear-lhes os excessos e desmandos sem conta?”⁸.

A visão do Estado como instrumento da classe proprietária, rompendo-se, assim, a soberania da metrópole, marca a primeira fase da colônia. Após a ocupação holandesa, tem-se um outro quadro, advindo sobretudo da crise portuguesa e sua constante captação de riquezas na colônia americana. A partir daí, a intervenção se dá de maneira mais direta, pois as estruturas coloniais vão se tornando mais complexas, uma vez que as relações econômicas, políticas e

⁸ Caio PRADO JR. *op. cit.* p. 28.

representantes de “camadas médias e inferiores e não atuavam sobre elas fatores capazes de lhes darem coesão social e possibilidades de uma eficiente atuação política. Havia nela a maior disparidade de interesses, e mais do que classes nitidamente constituídas, formavam antes simples aglomerados de indivíduos”¹².

A inserção do país na economia capitalista — ainda que periférica — ocorre durante o Segundo Império. Neste momento, é possível entrever a formação de posturas políticas partidárias definidas, que tinha de se “inclinarem ou para a bandeira desfraldada desde 1866 pela Opinião Liberal, em que se inscreviam medidas radicais, como o Senado temporário e eletivo, o sufrágio direto e generalizado, a extinção do poder moderador, a substituição do trabalho servil pelo trabalho livre; ou então voltar ao ponto de partida — o *status quo*. É esta a alternativa adotada com a formação do gabinete de 16 de julho de 1868. O império se definia francamente pelo passado...Daí por diante é a degradingolada”¹³.

Vimos por esse brevíssimo cotejo entre momentos chave da obra, que as especificidades analíticas do autor recaem em dois pontos essenciais: a inserção do Brasil colonial na Época Moderna, o que implica em assumir que as relações econômicas se davam em termos comerciais, pré-capitalistas¹⁴; e a compreensão dos elementos étnicos estranhos ao português colonizador — como o índio e o negro africano — contrária às conceituações morais e mesmo preconceituosas de teóricos da pureza racial, tão seguidos por historiadores da antiga geração, através da inserção desses grupos como força produtiva e elemento indispensável para a manutenção da política econômica metropolitana e da própria sociedade brasileira.

Não vamos nos ater às críticas acerca do pensamento de Caio Prado Jr., uma vez que as mesmas avançam sobre os limites do presente texto. Entretanto, é possível reconhecer, já em *Evolução Política*, a trajetória de uma intelectualidade que se dedicou ao

¹² *Idem.*, *Ib.* p. 64.

¹³ *Idem.*, *Ib.* p. 96.

¹⁴ Análises posteriores revelarão a natureza vanguardista do autor, quando muitos intelectuais insistirão em reconhecer que houve relações de tipo feudal no Brasil. Por outro lado, sabemos que o debate se acentua em momentos políticos específicos, quando a postura de Caio Prado sobre o tema contrariará as teses do Partido Comunista, ao qual estava filiado, justamente porque seus companheiros pecavam numa leitura evolucionista de Marx.

conhecimento das raízes de nossa cultura através de suas idiossincrasias. O materialismo histórico instrumentalizou o autor para a compreensão de traços marcantes da cultura política brasileira — seja o mandonismo local, a interferência do Estado através de grupos aristocráticos — desde sua formação. Legou a futuros pensadores os elementos essenciais dessa “evolução do Brasil”, fato hoje marcante, tendo em vista que grandes pesquisas se destinam a uma análise vertical das apreciações realizadas tanto no livro tratado como em *Formação do Brasil Contemporâneo*¹⁵.

Entendemos *Evolução Política do Brasil* como um dos esforços da intelectualidade brasileira no sentido da renovação do tratamento dado à realidade do país. Essas tentativas vinham se consolidando desde os alardes de artistas modernistas nas décadas anteriores e, na década de 30, pela fundação da Faculdade de Filosofia — ainda que doutrinada pela escola francesa, assim como toda a cultura dominante, no período anterior à II Grande Guerra.

Sobretudo, acreditamos que se criava aqui um novo espírito, que será intensamente vivido pelos intelectuais da década seguinte, o que não pode se confundir com o caráter iconoclasta do ensaio escrito em 1933, que já evidenciava, com toda a sua simplicidade, a urgência de se pensar a sociedade brasileira como um fruto amadurecido e apodrecido pela velha tradição política oligárquica e mandonista. Esta compreensão se tratava, a nosso ver, em algo mais que uma

¹⁵ Por exemplo, as análises sobre a inserção do escravo na sociedade brasileira, tanto como mão-de-obra, como pela sua interferência na cultura brasileira, foram levantadas por de Caio Prado Jr. e, num sentido diverso, por Gilberto Freyre, cuja obra *Casa Grande e Senzala* havia sido publicada no mesmo ano. Também o estudo da importância de capitâneas secundárias no contexto da monocultura exportadora, tanto sob o ponto de vista político, quando o autor aponta uma certa independência em relação à Coroa, quanto, de outro lado, pela existência de um comércio interno. Ou ainda, pela inserção dos homens livres na ordem escravocrata, termo que nos remete diretamente à obra da professora Maria Sylvia de Carvalho Franco.

visão de mundo, ou ideologia, mas da própria busca de alteridade e consciência do nacional, quando o país se preparava para uma série de transformações políticas, que culminariam na ditadura varguista.